

Pensar o sensível: o exemplo das *Cartas Escritas Durante uma Breve Residência na Suécia, na Noruega e na Dinamarca (1796)*, de Mary Wollstonecraft

Thinking the Sensitive: the example of the Letters written during a short residence in Sweden, Norway and Denmark (1796), by Mary Wollstonecraft

Mariana Teixeira Marques-Pujol*

Resumo: Este artigo tem como objetivo ressaltar as soluções formais escolhidas por Mary Wollstonecraft em suas *Cartas Escritas Durante uma Breve Residência na Suécia, na Noruega e na Dinamarca (1796)* afim de escapar às exigências de rigor associadas ao ensaio e ao panfleto, assim como às limitações que o romance parecia impor aos autores chamados “jacobinos” na Inglaterra do final do século XVIII.

Palavras-chave: Mary Wollstonecraft, romance jacobino inglês, narrativa epistolar

Abstract: This article aims to highlight the formal solutions chosen by Mary Wollstonecraft in her *Letters written during a short residence in Sweden, Norway and Denmark (1796)* in order to escape the demands of rigor associated with the essay and the pamphlet, as well as the limitations which the novel seemed to impose upon the authors called “Jacobins” in late eighteenth-century England.

Keywords: Mary Wollstonecraft, English Jacobin Novel, Epistolary Narrative

Em setembro de 1797, Mary Wollstonecraft morre em consequência de complicações decorrentes do parto de sua segunda filha, também Mary, que se tornaria a autora do célebre romance *Frankenstein, ou o Prometeu moderno*. Dois anos antes, Wollstonecraft nem desconfiava da possibilidade de ter outros filhos: já criava com dificuldade a pequena Fanny, fruto da relação com o americano Gilbert Imlay, e atravessava momentos emocionais e financeiros bastante turbulentos. A notoriedade resultante da publicação, em 1792, de *Vindication of the Rights of Woman*¹ reforçara a instabilidade que parecia crônica em sua vida e dentro da qual Imlay era personagem central. É nesse contexto que Wollstonecraft aceita uma missão temerária: deixar Londres em direção do norte da Europa – mais precisamente, Suécia, Dinamarca e Noruega – com o objetivo de descobrir que fim havia levado um carregamento de prata

* Doutora em Estudos Linguísticos e Literários em Língua Inglesa pela Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. Contato: mariteixeiram@gmail.com

¹ Existe uma tradução recente deste texto para o português: Mary Wollstonecraft, *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

enviado por seu amante a Gotemburgo em 1794 e que nunca havia chegado a seu destino final.²

Aventureiro e especulador, Gilbert Imlay (1754-1828) fazia parte do grupo de estrangeiros que haviam desembarcado na Paris pós-revolucionária com interesses políticos e pessoais bastante diversos. Mary fora apresentada a ele pelos americanos Joel e Ruth Barlow, que, como ela, haviam chegado à França para observar e experimentar ao vivo os desdobramentos da queda da Bastilha. À diferença de Wollstonecraft, no entanto, Gilbert Imlay havia escolhido a capital francesa sobretudo para fazer negócios, procurando tirar proveito da caótica situação econômica e sociopolítica. É assim que, em 1794, ele se torna secretamente proprietário de um navio com o objetivo oficial de trazer suprimentos dos países nórdicos para a França sitiada. Às autoridades francesas, foi informado que o *Liberté* (renomeado mais tarde *Maria and Margaretha*) sairia do porto do Havre sem carga, pronto para receber os mantimentos e a ajuda vinda dos países do norte para a população francesa. Na realidade, a função desse barco era bastante diferente. O *Maria and Margaretha* levaria para a Suécia uma quantidade considerável de prata – possivelmente oriunda de confiscos dos bens de aristocratas franceses – com a qual Imlay contava aumentar seu capital por meio de investimentos naquele país.

Ao que tudo indica, a prata nunca chegou às mãos do parceiro sueco de Imlay, tendo sido muito provavelmente desviada (ou roubada?) pelo jovem capitão norueguês Ellefsen, que servia de testa de ferro na operação. O rapaz parece não ter cumprido com sua parte do contrato, pois, ao invés de chegar à Suécia, ele conduziu o navio para a costa norueguesa e, enquanto uma parcela da carga de prata teria sido desembarcada ali, o resto teria simplesmente desaparecido. A principal função de Mary Wollstonecraft era representar Imlay no processo contra Ellefsen, mas também tentar encontrar os outros envolvidos no sumiço da prata e exigir uma indenização.

² Ver o artigo “The Treasure Seeker”, publicado no jornal *The Guardian* em janeiro de 2005, no qual Lyndall Gordon e Gunnar Molden expõem, de primeira mão, a descoberta de uma carta que ajudou a compreender muito dos eventos associados à viagem de Mary Wollstonecraft ao norte da Europa: <http://www.theguardian.com/books/2005/jan/08/featuresreviews.guardianreview7>. Ver também a introdução à tradução francesa *Lettres de Scandinavie de Mary Wollstonecraft*, por Nathalie Bernard e Stéphanie Gourdon (Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2013). A introdução publicada na edição que utilizaremos do original é igualmente bastante informativa: Mary Wollstonecraft, *Letters Written in Sweden, Norway, and Denmark*. Edited with an introduction and notes by Tone Brekke and Jon Mee. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. ix-xxvii.

Como para tornar o episódio ainda mais rocambolesco, Wollstonecraft viaja acompanhada da filha Fanny, com um pouco mais de um ano de idade, e de uma jovem criada francesa. As três saem do porto de Hull, na Inglaterra, em junho de 1795 rumo a Arendal, na Noruega. Começava aí um périplo cheio de desvios e percalços, sem mencionar os constantes riscos, reais e cotidianos, para uma mulher viajando sozinha e em período de guerra já que, especialmente a partir de 1792, os mares da Europa eram cenário de diferentes conflitos associados, direta ou indiretamente, aos eventos revolucionários na França.

Wollstonecraft voltaria à Inglaterra três meses depois sem ter conseguido quase nada no tocante aos bens de Gilbert Imlay (o tal carregamento de prata nunca foi encontrado), muito menos no que se refere à relação com ele (pois Imlay acaba por se afastar definitivamente). No entanto, ao desembarcar de volta em Londres, ela trazia nas bagagens o manuscrito do que viria a ser o seu maior sucesso editorial: *Cartas Escritas Durante uma Breve Residência na Suécia, na Noruega e na Dinamarca*, um misto de diário de viagem e confissão epistolar lançado em 1796 por seu editor e amigo Joseph Johnson.

Este foi o último livro publicado em vida por Wollstonecraft e foi rapidamente recebido, por uma parte da imprensa, como prova de amadurecimento de uma autora que já havia exposto suas capacidades como moralista, jornalista e polemista de mão cheia. No número 23 da *Analytical Review* – publicação para a qual ela também contribuía –, podia-se ler:

Depois das repetidas provas as quais a engenhosa e justamente admirada autora destas cartas ofereceu ao público, de que seus talentos estão muito aquém do nível ordinário, não será surpreendente que ela se distinga em diferentes tipos de escrita; que suas qualificações, que a possibilitaram instruir os jovens com lições e histórias morais, e fornecer ao filósofo especulações originais e importantes, também devam permiti-la entreter e interessar o público de um modo muito seu particular, escrevendo um livro de viagens.³

A “particularidade” assinalada pela resenha fica por conta do tom profundamente intimista que se desvela já na primeira carta:

³ *Analytical Review*, 23 (1796), p. 229-38. In: Mary Wollstonecraft, *Letters Written in Sweden, Norway, and Denmark*, p. 172.

Onze dias de cansaço a bordo de uma embarcação que não fora feita para o transporte de passageiros exauriram tanto meu ânimo, sem falar das outras causas com as quais você já está suficientemente familiarizado, que é com alguma dificuldade que me atenho à determinação de oferecer a você minhas observações, enquanto viajo por novos cenários, ainda entusiasmada com a impressão que estes deixaram em mim.⁴

Se alguns viram no estilo confessional e direto uma prova de que a autora havia ultrapassado um certo grau de amadorismo repetidamente imputado pela imprensa conservadora londrina às mulheres escritoras ao longo do século XIX, outros utilizaram tal critério justamente para reforçar o argumento da influência dos afetos na qualidade do texto. Assim, um artigo anônimo publicado pelo periódico *Monthly Mirror* em março de 1796 avisa aos leitores que a melancolia impediu Wollstonecraft de produzir uma obra propriamente confiável do ponto de vista intelectual:

é evidente que o espírito da honrada autora não está naquele estado de invejável tranquilidade que, segundo dizem, é proporcionado pela filosofia. A melancolia que parece tê-la capturado excitará provavelmente o interesse do leitor que não considerar essas cartas como fonte de informação topográfica, histórica e política.⁵

A impressão de falta de rigor é reforçada pela ideia de que Wollstonecraft teria exibido, sem véus, o estado depressivo em que se encontrava no momento da viagem e da redação das cartas. Em termos de fatura, este aspecto se traduz inicialmente pelo fato de que a personagem-narradora se dirige a um só interlocutor ao longo das vinte e cinco cartas que compõem o volume. Foi especialmente depois da publicação, em 1798, das *Memoirs of the Author of a Vindication of the Rights of Woman*⁶ – nas quais William Godwin⁷ revela detalhes da vida de sua mulher com o ex-companheiro Gilbert Imlay –, que se discutiu muito a ideia segundo a qual o livro de viagem pela Escandinávia apresentava de fato (e unicamente) mensagens pessoais, apelos melancólicos

⁴ *Ibid.*, p. 5.

⁵ *Ibid.*, p. 163.

⁶ Ver William Godwin, *Memoirs of the Author of a Vindication of the Rights of Woman*. Edited by Pamela Clemit and Gina Luria Walker. Peterborough, Ont.; Letchworth, Hertfordshire: Broadview Press, 2001.

⁷ Quando encontra Mary Wollstonecraft em 1796, Godwin já havia adquirido notoriedade como filósofo e homem de letras – *An Enquiry Concerning Political Justice* fora publicado em 1793 e o romance *Caleb Williams* (cujo título completo é *Things as They are; or The Adventures of Caleb Williams*), em 1794. Eles se casam em 1797, quando Wollstonecraft já estava grávida da futura Mary Shelley.

endereçados pela autora a seu amante americano, como uma espécie de autobiografia improvisada em livro de viagem.

As críticas severas expressadas em algumas resenhas das *Cartas* misturariam, assim, argumentos propriamente “literários” com julgamentos morais acerca da vida pessoal de Wollstonecraft. Viver com Imlay na França sem se casar havia sido um gesto de independência apoiado no entusiasmo diante da liberdade que parecia oferecer, de início, o ímpeto revolucionário inclusive no âmbito das relações entre homens e mulheres. Com a degradação da situação política depois de 1793 – quando os ingleses passam a ser vistos como inimigos públicos –, Imlay chega a registrar Wollstonecraft como sua mulher na embaixada dos Estados Unidos para protegê-la da prisão. Na volta à Inglaterra, as consequências de tais escolhas pessoais foram extremamente violentas. Como intelectual independente e mãe solteira, Wollstonecraft parecia não encontrar seu lugar na esfera pública, já que encarnava a antítese do decoro feminino naquele fim de século.⁸

Evidentemente, não há como mensurar a importância que pode ter tido tal aspecto biográfico e o ímpeto voyeurístico que o acompanha para o êxito editorial das *Cartas* escritas na Escandinávia. O que se verifica, de fato, é a sua rápida popularidade, assim como o aparecimento de traduções em diversas línguas nos três primeiros anos que se seguiram à sua publicação – a título de exemplo, sabe-se que a edição alemã saiu em 1796, a sueca em 1798 e a holandesa em 1799. Tais dados indicam claramente o interesse do crescente público leitor do final do século XVIII, em diferentes países europeus, nos subgêneros em cujo cruzamento se encontram as *Cartas*. Mas pode-se afirmar que elas vão além do que os leitores poderiam esperar encontrar num simples relato de viagem em modo epistolar.

Tone Brekke e Jon Mee, responsáveis pela edição publicada em 2009, afirmam, com razão, que o livro é um “*tour de force* genérico” na medida em que inclui “narrativa de viagem sentimental, reflexões acerca de teorias estéticas sobre o sublime e sobre o pitoresco, análise sociológica, registro histórico dos efeitos da Revolução Francesa na Europa, elucubrações sobre religião natural e polêmica feminista”,⁹

⁸ Não à toa, Wollstonecraft tenta o suicídio duas vezes (antes e depois da viagem ao norte da Europa). Ver, a este respeito, Mary Poovey, *The Proper Lady and the Woman Writer*, para uma discussão instigante da gênese, no século XVIII, da figura que se consagra no século XIX da mãe e esposa decorosa.

⁹ Na apresentação de *Letters Written During a Short Residence in Sweden, Norway, and Denmark*, p. ix-x.

assuntos cujas fronteiras, para os seus leitores, não eram tão marcadas quanto para nós. No mesmo sentido, vale ter em mente que a escolha formal de misturar o gênero epistolar e diário de viagem não era absolutamente novidade no final do século XVIII.¹⁰ Porém, quando comparado ao ensaio – gênero que Wollstonecraft praticou com mais frequência¹¹ –, tal formato tinha a vantagem de facilitar o acesso de um público mais amplo (como, por exemplo, as mulheres) às batalhas intelectuais e políticas que a autora vinha travando consigo mesma e com o mundo desde que começara a escrever.

Neste sentido, o que interessa ressaltar aqui é a opção por esta forma ficcional como tentativa de solucionar esteticamente uma questão que tanto Mary Wollstonecraft quanto outros autores de sua geração e de mesma sensibilidade política – como, por exemplo, Thomas Holcroft (1745-1809), Elizabeth Inchbald (1753-1821), e sobretudo Godwin – precisavam enfrentar para que seus escritos se tornassem armas eficientes de propagação da ideia, cara a estes autores, do indivíduo racional, voluntarista e consciente em suas escolhas, herdeiro direto das Luzes francesas. Em tal contexto, a geração “radical” de 1790 se via confrontada, no que se refere à composição ficcional, aos modelos consagrados pela ficção dita sentimental, em obras como *The Man of Feeling* (1771), de autoria do escocês Henry Mackenzie (1745-1831), que se estruturavam segundo outros princípios.

Em presença das adversidades do mundo, o herói deste tipo de romance tem um comportamento geralmente passivo, sucumbindo a seus fracassos, e a heroína se rende à vitimização inelutável associada à condição feminina – tudo isso frequentemente apresentado com um pano de fundo de história de amor fadada ao desastre. O mergulho na psicologia dos personagens e no elemento irracional, fragmentário do comportamento humano (algo que esta literatura compartilha com o gótico) acabava por

¹⁰ No início do século, Lady Mary Wortley Montagu, por exemplo, escreve cartas durante uma longa viagem ao Oriente feita entre 1716 e 1718 e as edita para uma publicação que, finalmente, só ocorrerá depois de sua morte, em 1763.

¹¹ Wollstonecraft não escolhera frequentemente a forma do romance para lidar com as questões que lhe interessavam. Sua primeira publicação é *Thoughts on the Education of Daughters: With Reflections on Female Conduct, in the more Important Duties of Life* (1787). Em seguida, foram publicados *Mary: A Fiction* (1788), seu primeiro romance; *Original Stories from Real Life: With Conversations Calculated to Regulate the Affections and Form the Mind to Truth and Goodness* (1788); *The Female Reader; or, Miscellaneous Pieces, in Prose and Verse* (1789); *A Vindication of the Rights of Men* (1790); *A Vindication of the Rights of Woman* (1792); *An Historical and Moral View of the Origin and Progress of the French Revolution* (1794); e *Letters Written During a Short Residence in Sweden, Norway, and Denmark* (1796). Seu segundo romance, *The Wrongs of Woman; or, Maria* foi publicado postumamente em 1798.

forjar, segundo os autores “progressistas” da década de 1790, “não-conformistas” e simpatizantes dos valores da Revolução Francesa, um estilo que não se adequava exatamente ao que lhes interessava apresentar. Eles se sentiam deste modo impelidos a evitar os riscos de propor um retrato benevolente e irracional do ser humano que abrisse espaço demais para a sensação, e muito pouco para a ação. Uma das soluções plausíveis era trabalhar o romance no sentido de aproveitar o apelo realista inerente ao gênero e, ao mesmo tempo conduzi-lo, como forma, a uma estrutura que escapasse das armadilhas sentimentais.¹²

Segundo Marilyn Butler, o problema central que se colocava para estes autores – chamados de “jacobinos” por seus detratores – era a relação da ficção com a realidade empírica:

O núcleo essencial da posição do progressista é sua fé nos homens; os jacobinos compartilham esta fé com os sentimentalistas, e o que estão tentando fazer é afirmá-lo mais positivamente valorizando o lado ativo, voluntário da consciência humana e, ao mesmo tempo, minimizando sensações involuntárias como o amor físico. A principal dificuldade de um ponto de partida deste tipo, deve-se admitir, é que ele tem muito pouco ou nada a ver com o mundo observável, que é o tema do romancista. [...] Os melhores romances sentimentais, como os de Sterne e Mackenzie, basearam-se numa consciência contemporânea do comportamento humano cada vez mais sofisticada. Seus *insights* a respeito das ações dos personagens tinham validade psicológica genuína, mesmo que não resultassem num retrato completo. A reação da década de 1790 (e isto serve tanto para os conservadores quanto para os revolucionários) não está baseada na observação.¹³

A tese de Butler sugere, em última instância, que o que está em jogo nestes romances é a reavaliação do “realismo” ficcional setecentista à moda inglesa, cujos primeiros passos teriam sido dados justamente pela geração de meados do século através do romance epistolar à moda de Samuel Richardson, entre outros.¹⁴ Como explica Butler, o romance sentimental significou um passo adiante em termos de verossimilhança psicológica em relação ao romance de tipo richardsoniano, pois

¹² Sobre a literatura sentimental das décadas de 1770 e 1780 na Inglaterra e sobre os autores “progressistas”, ver Marilyn Butler, *Jane Austen and the War of Ideas*, especialmente os capítulos 1 e 2.

¹³ Marilyn Butler, *Jane Austen and the War of Ideas*, p. 47.

¹⁴ Samuel Richardson (1689-1761), considerado pela crítica canônica como um dos fundadores do romance moderno inglês (ver Ian Watt, *A Ascensão do Romance Moderno*), é autor notadamente de *Pamela; or, Virtue Rewarded* (1740) e de *Clarissa, or, the History of a Young Lady* (1747-1748). Sobre a ideia de “realismo formal”, ver Ian Watt, *The Rise of the Novel. Studies in Defoe, Richardson and Fielding*. (*A Ascensão do Romance. Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010).

apresenta os meandros da alma humana com uma complexidade pouco dicotômica. A dificuldade para os “jacobinos” era evitar as fórmulas sentimentais e, ao mesmo tempo, representar de modo esteticamente satisfatório a trajetória deste indivíduo cujo perfil lhes interessava sugerir. Dito de outro modo, o problema que parecia se colocar para os autores do fim do século era o de construir enredos e personagens que contemplassem tanto os princípios que norteavam sua perspectiva política e social, quanto o material observável no mundo exterior para que o efeito de verossimilhança (primeiro *interna*, depois *externa*) se reproduzisse, sem perder de vista a relação que seus leitores já tinham estabelecido com o psicologismo veiculado pela literatura sentimental e pelo gótico.

Para Marilyn Butler, as tentativas ficcionais por parte do grupo dos “jacobinos” de solucionar este problema não foram satisfatórias – salvo no caso de William Godwin e de Robert Bage.¹⁵ Segundo ela, o que acabam por fazer autores como Holcroft ou Inchbald é inserir personagens racionais e perfeitamente inocentes num ambiente irracional e perverso, resultando num impasse em termos de verossimilhança.¹⁶ Como romances de tese *avant la lettre*, tais textos têm pouca força ficcional e os personagens se perdem em formulações que se aproximam vagamente do que se observa nas relações humanas verdadeiras.

Os dois romances de Mary Wollstonecraft também entrariam nessa categoria e é dentro deste contexto que seu livro de viagens na Escandinávia se torna interessante. Ao escolher a forma das cartas, a autora escapa ao mesmo tempo às exigências de rigor associadas ao ensaio e ao panfleto (outro gênero praticado à exaustão no período pós-revolucionário) e às limitações que o romance parecia impor, para os “jacobinos”, em termos de enredo e elaboração de personagens. Livre de tais amarras genéricas, Wollstonecraft se lança numa travessia que ela apresenta, no *Advertisement* ao leitor, como pouco sistemática:

Ao escrever estas cartas desinteressadas, eu percebi que não podia evitar ser continuamente a primeira pessoa – “a pequena heroína de cada fábula”. Tentei corrigir esta falha, caso se trate de uma, já que elas [as cartas] eram destinadas à publicação; porém, conforme eu

¹⁵ Bage (1728-1801) era filho de artesão e fora educado para continuar o ofício do pai. Foi dono de uma usina de papel até a sua morte. Autodidata, começou a escrever depois dos 50 anos. É autor, notadamente, de *Hermesprong; or, Man as He is Not* (1794).

¹⁶ Ver Marilyn Butler, *Jane Austen and the War of Ideas*, p. 56.

organizava meus pensamentos, minha carta, pensei, se tornava rígida e afetada: decidi, portanto, deixar meus comentários e reflexões fluírem sem restrição, pois percebi que não poderia oferecer uma descrição justa do que vi sem relatar os efeitos que diferentes objetos produziram na minha mente e nos meus sentimentos enquanto a impressão ainda estava fresca.¹⁷

Wollstonecraft avisa aos seus leitores, por conseguinte, que seu método é a ausência de método e que o único princípio norteador das *Cartas* seria o efeito das impressões sobre sua mente e seu coração. Tal ideia é novamente afirmada no seguinte trecho da carta V, na qual ela explica que não lhe interessa obter informações fidedignas sobre uma batalha envolvendo suecos, russos e dinamarqueses em 1788:

Seria muito fácil procurar detalhes sobre tal envolvimento nas publicações da época; mas como esta maneira de preencher minhas páginas não faz parte do meu plano, eu provavelmente não deveria ter notado que a batalha ocorreu aqui, a não ser que fosse para relatar uma anedota que eu obtive de fonte confiável.¹⁸

Aparece aqui (involuntariamente?) a referência a um plano de trabalho, a um modo particular de editar o material recolhido a cada dia. Trata-se, a nosso ver, de apresentar uma narrativa que se quer deliberadamente “em construção”, que procura constantemente convencer os leitores de que apenas segue os ventos e marés do pensamento, do sentimento e da sensação, assim como muitos dos barcos em que Wollstonecraft frequentou durante os três meses na Escandinávia.

Como personagem de si mesma num enredo sugerido pelas diferentes etapas da viagem – cujos fins ela nunca deixa claros para os seus leitores –, a autora se esquivava dos impasses que parecia colocar o gênero romance e, no mesmo movimento, se afasta claramente da posição racionalista quase dogmática que a caracterizara desde o início de sua carreira – sobretudo nas duas *Vindications*. Neste sentido, as *Cartas da Escandinávia* se aproximam, em primeiro lugar, da tradição das “cartas familiares” como fontes de material “realista”. Tais cartas tiveram enorme sucesso e seus modelos se multiplicaram no mercado livreiro inglês sobretudo na segunda metade do século XVIII. A fascinação deste público leitor pelos manuais epistolares e pelos romances em carta dão a medida do modo como se construiu, numa Inglaterra setecentista de sensibilidade burguesa, a tênue fronteira entre ficção e realidade.

¹⁷ Mary Wollstonecraft, *Letters Written During a Short Residence...*, p. 3.

¹⁸ *Ibid.*, p. 28.

Títulos como *The Complete Letter-Writer; or Polite English Secretary, A New Academy of Compliments; Or, the Lover's Secretary*, ou ainda o célebre *Letters Written to and for Particular Friends, on the Most Important Occasions* publicado em 1741 por Samuel Richardson, competiam pelo interesse de leitores e leitoras recém-letrados que buscavam guias para a correspondência pessoal.¹⁹ Em oposição ao modelo do epistolário clássico, o interesse das chamadas cartas “familiares” residia na óbvia relação de proximidade entre o remetente e o destinatário, o que estimularia uma sinceridade de expressão e um caráter coloquial cada vez mais relevantes dentro das dinâmicas de sociabilidade que periódicos como *The Spectator*, publicado em 1711-12, já defendiam.²⁰ Tais cartas implicavam também numa outra relação com a língua escrita. Alexander Pope, por exemplo, se orgulhava do fato de suas cartas pessoais conterem erros gramaticais e outras displicências, convencido (ou desejando convencer os outros) de que tais escritos eram, de fato, “displicentes ‘Emanações do Coração’”.²¹

A narrativa de ficção se apoderou rapidamente desse argumento, não sem desconsiderar o seu lado bem menos espontâneo – a saber, o fato de que a escrita é um gesto deliberado que inclui reflexão e artifício, muitas vezes com o intuito de atingir fins específicos. Thomas Keymer resume bem tal ambiguidade ao lembrar que o discurso epistolar setecentista parece se equilibrar entre dois extremos: de um lado, há o ideal expressivo, o ímpeto confessional; de outro, permanece o impulso retórico, manipulador, que transforma a carta no que Lovelace, o vilão do romance *Clarissa* (o mais elaborado romance epistolar de Richardson publicado em 1747-48), define como “premeditação da escrita”.²² Nesse sentido, a carta se torna um instrumento fundamental no debate de ideias, um veículo ficcional potente para investigações, curiosidades, lições, argumentos e questionamentos propriamente filosóficos de autores pertencentes a um amplo espectro ideológico ao longo do século XVIII.

¹⁹ Foram pelo menos 160 publicações deste tipo durante o século XVIII na Inglaterra, sendo que mais de 70 apareceram depois de 1750. Ver a introdução de Alain Kerhervé a *The Ladies Complete Letter Writer* para informações sobre os principais manuais publicados, seus editores, seu público-alvo etc.

²⁰ Publicado por Joseph Addison (1672-1719) e Richard Steele (1672-1729), ambos homens de letras e políticos, *The Spectator* saiu diariamente em Londres durante um ano e atingiu recordes de vendas, chegando a 4000 exemplares por dia. Uma das finalidades principais do periódico era discutir os costumes, os comportamentos, as modas do tempo através de ensaios, histórias, mas também pela publicação de supostas cartas de leitores.

²¹ Citado por KEYMER, Thomas. *Richardson's 'Clarissa' and the Eighteenth-Century Reader*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 10.

²² *Ibid.*, pp. 10 e 15.

A abundância de narrativas em cartas na literatura inglesa – e também na francesa – durante esse período aponta para tal interesse na forma epistolar como argumento de verossimilhança e como salvo-conduto para colocar em pauta assuntos que, apresentados em outro formato, não atingiriam seu público-alvo, seriam ignorados ou sumariamente censurados. Mary Wollstonecraft, missivista compulsiva e leitora atenta também em língua francesa, investe esse aparato de formas e ideias em seu pequeno livro de viagem, retomando inclusive o argumento (falacioso por excelência) da ausência de organização prévia de seu material literário. Neste contexto, interessa notar que as *Cartas* da Escandinávia retomam a estrutura herdada desta vasta literatura para necessariamente reinventá-la, pois é esse o destino de todos os gêneros que resistem ao tempo – cada momento histórico sugere outros conteúdos que remodelam as formas.

Tais conteúdos, aliás, também se transformam de acordo com o tempo histórico. Assim, o deleite dos leitores setecentistas pelas narrativas de viagem – imaginárias ou reais, escritas por personagens inventadas ou por figuras notórias, instaladas entre a ficção e a reportagem, a crítica social e o aprendizado do mundo – vinha de longe, mas ganha dimensão particular durante a viagem dessa intelectual inglesa pelos mares da Europa pós-Revolução Francesa. É preciso lembrar que, no contexto inglês, viajar se torna muito cedo parte central de uma identidade nacional em construção para a qual contribuem tanto os relatos de piratas em périplos longínquos quanto a crônica da vida cotidiana. Se a viagem se torna elemento definidor de um certo modo de ser inglês, é o *Grand Tour* no continente que fascina os filhos das elites da ilha durante o século XVIII, tornando-se etapa imprescindível na formação do verdadeiro *gentleman* – ainda que esse tipo de viagem significasse, para muitos, um risco de degradação moral e de libertinagem.²³ E não eram só os homens que viajavam: seja por obrigação familiar, seja por desejo de aventura, fato é que várias mulheres também saíam pelo mundo e contribuía, à sua moda, para alimentar um corpus de literatura de viagem que se equilibrava entre o relato fático e a narrativa de imaginação.

Nesse sentido, o caso de Wollstonecraft é paradigmático, pois ela se acostumara muito cedo a pegar a estrada por conta das múltiplas mudanças da família durante sua

²³ O *Gentleman's Magazine, or the Monthly Intelligencer*, periódico extremamente influente na Londres da primeira metade do século XVIII publica artigos como “Of Travelling”, nos quais os autores tratam de desmoralizar o *Grand Tour*, apontando para todos os perigos que essa suposta viagem “educativa” pode representar para um jovem inexperiente. Cf. Elizabeth A. Bohls; Ian Duncan (ed.) *Travel Writing 1700-1830. An Anthology*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 13-14.

infância, e sua juventude foi igualmente pontuada por constantes viagens que contribuíram fundamentalmente para a sua formação humana, política e intelectual – notadamente a Portugal, para rever a amiga Fanny Blood, que morreria também após o parto; à Irlanda, para trabalhar como governanta para a aristocrática família Kingsborough; e à França para vivenciar a Revolução. Os ingleses se interessavam muito pelos relatos de viagem escritos por essas aventureiras – a abundância e variedade de escritos disponíveis nesse subgênero, de autoria de Lady Montagu, da baronesa Elizabeth Craven, da romancista Ann Radcliffe e de tantas outras, não deixa dúvidas a este respeito. Esta é, portanto, a segunda tradição na qual se inscreve o livro de Mary Wollstonecraft e a autora certamente tinha consciência, ao planejar a publicação de suas cartas da Escandinávia, do poderoso apelo “realista” que representava a opção por tal formato.

Deste modo, a autora conduz seus leitores, através da experiência de sua personagem-narradora, pelas paisagens rudes e pelos costumes muitas vezes surpreendentes daqueles desconhecidos povos do norte buscando o equilíbrio tênue entre o relato fidedigno, a intimidade do *tête-à-tête* epistolar, a expressão imediata das impressões e a reflexão a respeito do que via. Vale lembrar que os países nórdicos não eram destino privilegiada dos autores viajantes, pois a Suécia, a Noruega e a Dinamarca estavam na periferia da Europa e eram vistas por muitos como países cujos costumes arraigados e a miséria reinante tinham pouco a ensinar aos franceses e ingleses. Por outro lado, interessa notar que o livro de Wollstonecraft não era pioneiro: em 1784, por exemplo, o clérigo e “historiador” William Coxe já havia publicado seu *Travels into Poland, Russia, Sweden and Denmark, Interspersed with Historical Relations and Political Inquiries*. Ainda que as semelhanças entre o livro de Coxe – que sempre conviveu entre as elites dos países por onde passou – e o de Wollstonecraft se resumam basicamente ao itinerário, talvez a leitura desse livro a tenha inspirado a enfrentar os mares nórdicos com um projeto editorial em mente.

Encontrar uma forma plausível que equilibrasse reflexão racional e expressão autêntica dos sentimentos e das sensações, eis o grande desafio que a autora parece tentar enfrentar nas páginas de seu livro de viagem. Tal recorte parece contradizer o que se encontra no resto de sua obra pois, em seus ensaios, refletir e sentir não ocupavam o mesmo espaço, mas lugares opostos no espectro político. Tal oposição colocava frequentemente a sensibilidade como o maior empecilho para que o progresso humano

ocorresse de modo digno para homens e mulheres. É nesse âmbito que ressurge o conceito de “civilização”, evocado em tom argumentativo nas duas *Vindications*, e que reaparece aqui bastante transformado. É preciso lembrar que, no momento da publicação das *Cartas*, a palavra “civilização” já havia entrado para o uso corrente na língua inglesa (e na francesa). Seu significado se afinara em meados do século, para expressar, através de um só vocábulo, o que havia sido formulado antes, como explica Jean Starobinski, “de maneira múltipla e variada: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo.”²⁴

Nas defesas dos direitos dos homens e das mulheres escritas por nossa autora no início da década de 1790, a ideia de *civilização* aparece de forma recorrente e está geralmente associada à noção de *progresso*, sendo que pesa sempre sobre ambos a sombra da parcialidade ou da falsidade. Dito de outra maneira, tal progresso pode ser dificultado pelo cultivo das aparências no lugar da moral, pela ausência de um verdadeiro refinamento do entendimento e dos afetos em nome de uma retórica vazia, ou pela valorização excessiva de regras sociais injustas que, no fim das contas, estão mais próximas da barbárie. Assim é que ela ataca, no panfleto em resposta a Burke, o direito herdado dos grandes proprietários de terra ingleses – e a supremacia dos primogênitos na hierarquia familiar –, indicando que:

A civilização que ocorreu na Europa foi muito parcial e, como qualquer costume que uma arbitrária questão de honra estabeleceu, refina os modos em detrimento da moral, fazendo com que sentimentos e opiniões recorrentes na conversação não tenham raízes no coração, nem pesem nas decisões mais ponderadas da mente. – E o que interrompeu o seu progresso? – propriedade hereditária – honras hereditárias.²⁵

Também é esse o tom, em *A Vindication of the Rights of Woman*, quando ela argumenta que “ou a natureza fez uma grande diferença entre homem e homem, ou a civilização que até agora ocorreu na Europa foi muito parcial.”²⁶ A autora se situa, com esses comentários e inúmeros outros em seus dois textos “políticos”, no grupo daqueles que compreendiam a ambiguidade intrínseca ao conceito de civilização e que, no

²⁴ Jean Starobinski, “A palavra ‘civilização’”. In: *As Máscaras da Civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14.

²⁵ Mary Wollstonecraft. *A Vindication of the Rights of Men*, p. 8.

²⁶ Mary Wollstonecraft. *A Vindication of the Rights of Woman*, “Introduction”. Kindle Edition, Loc. 1668.

emaranhado de significados que este carregava, procuravam atualiza-lo, talvez com o intuito de elucidar experiências históricas controversas e dolorosas. Wollstonecraft não cessa de apontar, em suas reflexões, para as tensões que os pares civilização e barbárie, civilização e selvageria, civilização e rudeza²⁷ colocavam em funcionamento nas sociedades inglesa e francesa, primeiros objetos de suas observações, defendendo sempre o princípio de racionalidade como saída para todos os impasses.

A viagem à Escandinávia traz à tona tal discussão e a particularidade da forma resulta numa fatura – ou seja, num jogo entre forma e conteúdo – que adquire uma força retórica frequentemente ausente dos longos parágrafos um tanto repetitivos das duas *Vindications*. Os argumentos racionais ganham contornos absolutamente pessoais e os sentimentos adquirem uma lógica que aproximam inexoravelmente o leitor e a leitora da figura da personagem-narradora e de sua trajetória. Neste sentido, são as anedotas e as descrições das impressões que a natureza imprime na viajante que dominam majoritariamente as *Cartas*.

A personagem-narradora passa seu tempo a observar e comentar, através de histórias e de encontros passageiros, como se relacionam suecos, noruegueses e dinamarqueses com alguns dos temas que, dentro de sua perspectiva, marcam a presença, em cada sociedade, de um *élan* civilizatório mais ou menos apurado. Entra nesta lista temática uma grande variedade de assuntos que teriam sido abordados de maneira inteiramente diferente num panfleto político: o modo como são tratados os empregados (especialmente as mulheres que cuidavam das tarefas domésticas) e as crianças; a relação das pessoas com a cultura (teatro, leituras) e com a educação; os hábitos alimentares e sua relação o corpo; os paralelos entre o meio natural e o comportamento ético e moral dos indivíduos; a distância entre ricos e pobres; a importância dada ao comércio e à propriedade privada; o lugar da política na esfera pública; a liberdade da imprensa etc.

Na Segunda Carta, por exemplo, a personagem-narradora compartilha uma refeição com ricos mercadores de Gotemburgo, cidade dominada por grandes casas comerciais que se beneficiaram da neutralidade durante a guerra contra a França revolucionária. Tais homens, afirma ela, têm o hábito de relaxar à mesa, diante de uma refeição opulenta e bem alcoolizada, durante a qual não se fala de nada, pois nem a

²⁷ Ver Pedro Paulo Pimenta. “Refinamento e civilização, ou como se colocar à altura de seu tempo”. In: *A Imaginação Crítica. Hume no Século das Luzes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013, pp. 121-134.

“literatura, nem as diversões públicas” oferecem assuntos para a conversação, nem há vida política suficiente que mereça discussão. A esfera de observação desses homens, diz ela, “determina a extensão da mente”.²⁸ E continua:

Quanto mais eu conheço do mundo, mais me convenço de que a *civilização* é uma *benção* não suficientemente estimada por aqueles que não seguiram a pista de seu *progresso*, pois não somente *refina* nossos prazeres, mas produz uma *variedade* que nos permite preservar a *delicadeza primitiva de nossas sensações*. Sem a ajuda da *imaginação*, todos os prazeres dos sentidos acabam por mergulhar na vulgaridade, a não ser que novidades constantes sirvam de substitutas para a imaginação, o que, sendo impossível, é a essa fadiga, eu suponho, que aludiu Salomão quando declarou que não havia nada de novo sob o sol! nada para as sensações comuns excitadas pelos sentidos. No entanto, quem negaria que a *imaginação e a compreensão são responsáveis por muitas, muitas descobertas* desde então, que parecem apenas prenúncios de outras ainda mais nobres e benéficas. Eu nunca encontrei muita *imaginação* em pessoas que não adquiriram o hábito da *reflexão*; e naquele estado social em que o julgamento e o gosto não são convocados, e formados pelo cultivo das artes e das ciências, pouco se encontra daquela delicadeza de sentimento e pensamento que pode ser caracterizada pela palavra *sentimento*.²⁹

Percebe-se no trecho a clara tentativa de associar pensamento e sentimento, a partir de uma ideia particular de civilização, através da força da imaginação. Tal imaginação, estimulada pela reflexão, mas também pelas artes e pela ciência, é o que diferencia, sob o ponto de vista de Wollstonecraft e de outros autores de sua geração, homens (e mulheres) em estados civilizatórios mais ou menos avançados. Neste sentido, prossegue ela, os suecos endinheirados alardeiam uma falsa superioridade na medida em que esta se apoia unicamente na fortuna. Para meio entendedor, meia palavra: nesta crítica aos toscos comerciantes pode-se reconhecer uma das bandeiras de Wollstonecraft, a defesa de um acesso mais amplo – sobretudo das mulheres – a algum tipo de educação formal.³⁰

Nas *Cartas*, os camponeses aparecem na situação inversa à dos mercadores. Acabam por ser os verdadeiros detentores da polidez natural que se quer benevolente e não vaidosa, e que sugere a todo instante a utopia de uma idade de ouro que pode ser reencontrada na proximidade com o que é natural. A natureza, além disso, aparece

²⁸ *Ibid.*, p. 14.

²⁹ *Ibid.*, p. 14.

³⁰ Ela não se limitara à teoria, pois chegou mesmo a abrir uma escola para meninas em 1784 com suas irmãs em Newington Green, sem sucesso.

sempre como refúgio aos excessos e à fatuidade das cidades: “deixem-me, caros estranhos, escapar por vezes para os seus bosques, perambular às margens dos seus belos lagos, ou subir nas suas rochas para ver outras ainda, numa perspectiva infinita”.³¹ Ecoando ao fundo destas e outras divagações está a pergunta cuja resposta não se revela facilmente à nossa viajante: afinal, o que significa ser civilizado?

Na Terceira Carta, a personagem-narradora volta sua atenção para outro aspecto bastante pragmático. Ela observa a situação dos empregados domésticos, discutindo a ideia que ela intitula “igualdade racional”. Na Suécia, segundo ela, há total desconhecimento de tal noção de “igualdade”. Ao contrário, a situação dos criados é dramática em função do pagamento ínfimo e das condições especialmente difíceis de trabalho, sobretudo no inverno. Ela aproveita para estabelecer uma comparação pouco elogiosa com seu país natal, afirmando que:

O tratamento dado aos criados na maioria dos países é, eu concedo, muito injusta; e na Inglaterra, que se vangloria como terra da liberdade, é muitas vezes tirânico. Frequentemente, com indignação, eu ouvi cavalheiros declararem que nunca permitiriam a um empregado de responder-lhes; e damas de sensibilidade requintada, que se exclamavam constantemente contra a crueldade do povo em relação à criação bruta [os animais], esqueceram, em minha presença, que seus atendentes tinham sentimentos humanos, além do aspecto.³²

A experiência pessoal atravessa constantemente a análise, o sentimento nunca deixa de filtrar a observação. Mais adiante, é com entusiasmo que ela exclama, ainda a propósito da relação entre patrões e criados: “Há tanto charme na ternura! – É tão encantador amar nossos semelhantes [...]”.³³ Compartilhar sentimentos humanos prevalece como critério de evolução de uma sociedade e, neste sentido, a Inglaterra também deixa a desejar, já que ser civilizado significaria, também, valorizar o “charme” de tal “ternura”. Resta como não-dito a situação na França, cuja imagem é globalmente positiva, mas permanece ambígua ao longo das cartas.

O tom de nostalgia em relação aos caminhos que toma o progresso reaparece ainda num contexto diverso – durante a visita que a personagem-narradora faz às obras do canal de Trollhättan (Carta XVII), um canteiro que empregava mais de 900 homens.

³¹ *Ibid.*, p. 16.

³² *Ibid.*, pp. 17-18.

³³ *Ibid.*, p. 24.

Observá-lo inspira nela uma sensação de caos – como se as máquinas e os trabalhadores tivessem se transformado num grande monstro –, assim como a tristeza de perceber que tal ambiente natural perderia para sempre o que tinha de sublime e de solitário. No meio disto tudo, ela identifica, com surpresa, um menino pescando, meio escondido por detrás de uma rocha. O pitoresco inusitado se mistura aqui ao lamento pelo mundo como ele poderia ser.

São inúmeras as situações e anedotas em que a personagem-narradora procura compreender, de modo ao mesmo tempo racional e sensível, os desdobramentos de uma modernidade que se revela muitas vezes brutal à sua sensibilidade setecentista. Nesse sentido, as *Cartas da Escandinávia* tornam-se um texto de apreensão total quase impossível por sua estrutura propositalmente “descosturada” e, em certos momentos, mesmo caleidoscópica. Seja como for, dois elementos fundamentais permanecem como pano de fundo neste pequeno livro de viagens em modo epistolar.

O primeiro, já se imagina, é a Revolução Francesa, pois que interessa a Mary Wollstonecraft (e a outros autores “progressistas” de seu tempo) avaliar e compreender, profundamente, as consequências políticas, sociais, éticas e morais do que estava acontecendo na França. Ela chegou mesmo a começar a redação de uma *Historical and Moral View on the Origin and Progress of the French Revolution*, mas não levou o projeto adiante. Nas *Cartas*, a presença da Revolução é constante, seja para medir os avanços em alguma área específica da vida social, seja para avaliar a organização do poder nos países que ela visitou, ou ainda para prever a chegada dos ventos da mudança política naquelas paragens.

O segundo elemento a se considerar é a influência, mais ou menos direta, da obra de Jean-Jacques Rousseau – sobretudo as *Confissões* (publicação da primeira parte em 1782), mas igualmente *Emílio* (1762) ou ainda *A Nova Heloísa* (1761). Os “jacobinos” compartilhavam a fascinação por Rousseau em suas diferentes facetas – por suas ideias a respeito da educação; pela ousadia autobiográfica das confissões; ou ainda pelas concepções de sociedade e de civilização. A relação de Wollstonecraft com o autor genebrino é controversa por diversos motivos. Interessa à autora inglesa refletir sobre a autonomia nos métodos educacionais, mas a submissão de Sophie no *Emílio* impede sua adesão absoluta ao pensamento rousseauista neste quesito. Ao mesmo tempo, fascinava-lhe (assim como a outros escritores ingleses seus contemporâneos) a coragem apresentada, nas *Confissões*, pelo relato da intimidade. Wollstonecraft compartilhava ainda com Rousseau, de modo relativamente consciente, a preocupação

Pensar o sensível: o exemplo das *Cartas Escritas Durante uma Breve Residência na Suécia, na Noruega e na Dinamarca* (1796), de Mary Wollstonecraft

pela independência de espírito, em oposição a qualquer lógica gregária, assim como uma relação particular com o mundo natural.

Ingredientes centrais das *Cartas*, a presença da Revolução e a influência de Rousseau – assim como do pensamento iluminista francês em geral – ainda restam a ser devidamente investigados. De todo modo, em sua busca por uma forma que integrasse rigor de analítico e preocupação em restituir a dimensão imediata e sensível de suas observações, Wollstonecraft parece ter encontrado uma linguagem peculiar e extremamente moderna para lidar com as experiências pessoais e políticas daquele fim de século atormentado.

Referências bibliográficas:

BOHLS, Elisabeth A. & DUNCAN, Ian (Ed.). *Travel Writing 1700-1830. An Anthology*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BURKE, Edmund. *Reflections on the Revolution in France*. Introduction by A.J. Grive. London: Everyman's Library, 1967.

BUTLER, Marilyn. *Romantics, Rebels, and Reactionaries. English Literature and its Background 1760-1830*. Oxford: Oxford University Press, 1981.

_____. *Jane Austen and the War of Ideas*. Oxford: Oxford University Press/ Clarendon Press, 1976.

KERHERVÉ, Alain (Ed.) *The Lady's Complete Letter Writer*. Newcastle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2010.

KEYMER, Thomas. *Richardson's 'Clarissa' and the Eighteenth-Century Reader*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PERROT, Michelle. *Mon histoire des femmes*. Paris: France Culture / Editions du Seuil, 2006.

PIMENTA, Pedro Paulo. “Refinamento e civilização, ou como se colocar à altura de seu tempo”. In: *A Imaginação Crítica. Hume no Século das Luzes*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2013.

POOVEY, Mary. *The Proper Lady and the Woman Writer. Ideology as Style in the Works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley, and Jane Austen*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

RENDALL, Jane. *The Origins of Modern Feminism: Women in Britain, France and the United States, 1780-1860*. New York: Palgrave, 1985.

STAROBINSKI, Jean. “A palavra ‘civilização’”. In: *As Máscaras da Civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Letters Written in Sweden, Norway, and Denmark*, Edited with an introduction and notes by Tone Brekke and Jon Mee. Oxford: Oxford University Press, 2009. Kindle Edition.

_____. *Lettres de Scandinavie de Mary Wollstonecraft*, tradução e notas de Nathalie Bernard e Stéphanie Gourdon. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2013.

_____. *A Vindication of the Rights of Men. A Vindication of the Rights of Woman. An Historical and Moral View of the Revolution in France*. Edited with an introduction and notes by Janet Todd. Oxford: Oxford University Press, 1999. Kindle Edition.

GORDON, Lyndall & GUNNAR, Molden. “The Treasure Seeker”. *The Guardian*. Edição de 8 de janeiro de 2005. Disponível em:

<http://www.theguardian.com/books/2005/jan/08/featuresreviews.guardianreview7>

Recebido em: 11/08/2017 – Received in: 08/11/2017

Aprovado em: 02/09/2017 – Approved in: 09/02/2017